



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

Aos 07 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 103/XIII/2.ª e 104/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 23 e 24 de maio de 2017
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição do Presidente da EMEF e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o futuro da manutenção ferroviária em Portugal
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PEV, para audição do Presidente da Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, (AICEP) sobre o Projeto PIN Aquanattur em Pedras Salgadas
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS e BE, para audição da Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), sobre o final da vigência dos contratos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) em 2017
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, do Movimento em Defesa do Ramal da Lousã, do movimento Lousã pelo Ramal e da Comissão de Utentes dos SMTUC, sobre a solução proposta pelo Governo para o Ramal da Lousã e do Sistema de Mobilidade do Mondego
6. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 477/XIII/2.ª (BE) - Aprova o controlo público da atividade de gestão técnica do sistema elétrico nacional mediante a sua separação da atividade de exploração da rede nacional de eletricidade

- Relator: Deputado Hugo Costa (PS)

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 399/XIII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármoreos (Estremoz, Borba e Vila Viçosa)

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 685/XIII/2.ª (BE) – Recomenda ao Governo que interceda pela reposição da paragem dos comboios em S. Marcos da Serra

9. Fixação de redações finais relativas às seguintes iniciativas:

– Projeto de Lei n.º 319/XIII/2.ª (BE) – Altera o Código da Estrada considerando como contraordenação grave a paragem e estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência (alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)

– Projeto de Lei n.º 320/XIII/2.ª (BE) – Estabelece a obrigatoriedade de que as entidades públicas que dispõem de estacionamento para utentes assegurem estacionamento gratuito para pessoas com deficiência (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro)

– Projetos de Resolução n.ºs 607/XIII/2.ª (PEV), 841/XIII/2.ª (PAN) e 842/XIII/2.ª (BE), todos relativos à Linha Verde do Metropolitano de Lisboa

10. Nomeação de Deputados autores de parecer para as seguintes iniciativas:

– PPL n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prossequindo objetivos de coesão social e territorial

– Relator cabe ao PCP

– PPL n.º 83/XIII/2.ª (GOV) – Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas; PPL n.º 84/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas; PPL 85/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

- Relator cabe ao PEV
- P JL n.º 523/XIII/2.ª (PSD) – Criação de registo nacional único e CAE específico para a atividade económica itinerante de diversão denominado “Atividade Itinerante de Diversão”
- Relator cabe ao PS

1. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 103/XIII/2.ª e 104/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 23 e 24 de maio de 2017

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação as atas n.ºs 103/XIII/2.ª e 104/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 23 e 24 de maio de 2017, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição do Presidente da EMEF e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o futuro da manutenção ferroviária em Portugal

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o requerimento em epígrafe, afirmando que o mesmo surgia na sequência de notícias que configuravam uma alteração estrutural da EMEF e da sua inserção no transporte ferroviário em Portugal. Lembrou a existência de um plano de reestruturação que tinha sido começado a desenhar pelo anterior Governo e continuado pelo atual, com a partição da EMEF em duas empresas. Considerou tratar-se de uma decisão estratégica da maior importância para a empresa e o sector, pelo que se justificavam plenamente as audições propostas.

Usaram da palavra, a este propósito os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), para concordar com a proposta, referir que o seu grupo parlamentar já tinha abordado a questão em reunião anterior, que a tentativa de privatização já vinha de trás e que não



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

tinha avançado mas havia preocupações que decorriam desse ponto de partida; Fernando Virgílio Macedo (PSD), para afirmar que, se o que estava em curso era uma reestruturação que punha em causa o interesse da economia e da manutenção ferroviária, então, parecia que quem tinha mudado de opinião era o atual Governo, e para considerar que era importante saber o que se ia passar neste sector, pelo que se justificavam as audições; Luís Moreira Testa (PS), para concordar com o requerimento e rebater as afirmações do orador anterior sobre a mudança de opinião do Governo; e Luís Mota Soares (CDS-PP), também para concordar com o requerimento.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PEV, para audição do Presidente da Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, (AICEP) sobre o Projeto PIN Aquanattur em Pedras Salgadas

De seguida, o Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) apresentou o requerimento sucintamente. Recordou que se tratava de um Projeto PIN, mediante o qual a UNICER tinha recebido um conjunto significativo de benefícios, mas que tinha contrapartidas a realizar na zona das Pedras Salgadas. Referiu ainda que o contrato de investimento terminava no dia 31 de dezembro deste ano e que considerava importante ouvir a AICEP, que representa o Estado, para fazer o ponto de situação e saber o que foi feito.

Intervieram os Senhores Deputados Luís Leite Ramos (PSD), para informar que o PSD concordava com o requerimento e lembrar que a Assembleia da República tinha aprovado há meses um projeto de resolução apresentado pelo PEV sobre esta mesma matéria e nada mais tinha sabido da situação, o que não revelava respeito pelo PEV, pela Assembleia da República ou pelas populações da região; Bruno Dias (PCP), para informar que o seu grupo parlamentar concordava com o requerimento e defender que se devia apurar a situação deste projeto em tempo útil e que este processo deveria ser enfrentado de modo eficaz pelas entidades políticas e com poder de decisão; Luís



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

Moreira Testa (PS), para expressar concordância com o requerimento, afirmar que havia responsabilidades a apurar num período mais lato e que deveria começar-se pela audição da AICEP e fazer outro tipo de diligências para contribuir para que este processo possa ser promotor de desenvolvimento naquela região; Paulino Ascensão (BE), para concordar com o requerimento e sugerir que seria útil ouvir também os representantes do município; e Pedro Mota Soares (CDS-PP), para concordar com o requerimento e propor que seja articulada esta audição com a que está prevista realizar-se na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV), para referir aceitava a proposta do BE, apesar de este contrato não envolver a câmara municipal, pois esta tem um contrato separado com a UNICER, e que fazia sentido ouvir também a junta de freguesia respetiva, e que estas deviam ser ouvidas antes do Presidente da AICEP.

Submetido o requerimento a votação, com estas adendas, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS e BE, para audição da Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), sobre o final da vigência dos contratos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) em 2017

Pelo Senhor Deputado Hugo Costa (PS) foi apresentado o requerimento em epígrafe, tendo afirmado que a questão estava na ordem do dia, pelo que considerava ser do interesse de todos uma discussão o assunto com a Presidente da ERSE. Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) sublinhou que o relatório que o grupo de trabalho ficou de apresentar sobre os CMEC tinha como prazo o final do primeiro semestre deste ano e a audição deveria ter isso em conta.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, do Movimento em Defesa do Ramal da Lousã, do movimento Lousã pelo Ramal e da Comissão de Utentes dos SMTUC, sobre a solução proposta pelo Governo para o Ramal da Lousã e do Sistema de Mobilidade do Mondego

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou o requerimento, realçando que o seu grupo parlamentar considerava que a solução anunciada pelo Governo colidia com as resoluções aprovadas pela Assembleia da República sobre esta matéria e com as pretensões das comissões de utentes e das populações.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Ricardo Bexiga (PS), para informar que o PS considerava muito importante ouvir o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre esta matéria e para destacar as declarações do Ministro sobre esta solução; Heitor de Sousa (BE), para considerar o requerimento relevante e oportuno, concordar com as audições propostas e sugerir a audição da Câmara Municipal de Coimbra, por estar envolvida neste processo, tendo em conta que a relação da Assembleia com os municípios, inscrevendo-se numa política de descentralização que o Governo tem promovido, é cada vez mais relevante, e sugerir que sejam convidados para a conferência sobre transportes públicos que a CEIOP tem previsto realizar até ao final desta sessão legislativa os autores do parecer do LNEC; Fátima Ramos (PSD), para informar que o seu grupo parlamentar nada tinha a opor ao requerimento, para afirmar que receava estar em momento de promessas em tempo eleitoral e lembrar as obras que se iniciaram em 2010 e depois foram suspensas, para afirmar que quando foi retirado o sistema que estava a funcionar tinha sido prometido um sistema de ferrovia ligeira, o qual, acreditava, tinha sido devidamente estudado na altura, sugerir que os partidos se deviam entender sobre o que queriam fazer, e propor também a audição das câmaras municipais de Miranda do Corvo e da Lousã, bem como os movimentos cívicos de Miranda do Corvo, da Lousã e de Coimbra.

Usou então da palavra o Senhor Presidente para afirmar que, tendo em conta o volume de audições, devia ser ponderada a realização de uma audição pública com todas as entidades.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) afirmou que concordava com todas as propostas de audições apresentadas, bem como com a proposta de fazer uma audição pública. Referiu ainda que, entre o Governo do PS que iniciou as obras e o atual, houve um Governo do PSD/CDS-PP em que os partidos também não se entenderam quanto ao que fazer.

Submetido o requerimento, com todas as adendas, a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

6. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 477/XIII/2.ª (BE) - Aprova o controlo público da atividade de gestão técnica do sistema elétrico nacional mediante a sua separação da atividade de exploração da rede nacional de eletricidade

- Relator: Deputado Hugo Costa (PS)

De seguida, o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o relatório de forma sucinta.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) cumprimentou o relator, afirmou que o relatório tentava ser factual e sugeriu a inclusão de um ponto sobre o facto de o ponto 3.31 do memorando de entendimento assinado com a troika falar claramente sobre este processo de privatização.

Respondeu o Senhor Deputado Hugo Costa (PS), aceitando a sugestão do orador antecedente.

Submetidos os pontos I e III do parecer a votação, foram os mesmos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

**7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 399/XIII/1.ª (PSD)
- Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem**



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármorez (Estremoz, Borba e Vila Viçosa)

Por solicitação do PS, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 685/XIII/2.ª (BE) – Recomenda ao Governo que interceda pela reposição da paragem dos comboios em S. Marcos da Serra

Por solicitação do PSD, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

9. Fixação de redações finais relativas às seguintes iniciativas:

– Projeto de Lei n.º 319/XIII/2.ª (BE) – Altera o Código da Estrada considerando como contraordenação grave a paragem e estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência (alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)

– Projeto de Lei n.º 320/XIII/2.ª (BE) – Estabelece a obrigatoriedade de que as entidades públicas que dispõem de estacionamento para utentes assegurem estacionamento gratuito para pessoas com deficiência (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro)

– Projetos de Resolução n.os 607/XIII/2.ª (PEV), 841/XIII/2.ª (PAN) e 842/XIII/2.ª (BE), todos relativos à Linha Verde do Metropolitano de Lisboa

A redação final relativa ao Projeto de lei n.º 319/XIII/2.ª (BE) foi fixada, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

A redação final relativa ao Projeto de lei n.º 320/XIII/2.ª (BE) foi fixada, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

A redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 607/XIII/2.ª (PEV), 841/XIII/2.ª (PAN) e 842/XIII/2.ª (BE) foi fixada, sem votos contra, tendo a Comissão adotado o texto de fusão proposto pelo serviço competente.

10. Nomeação de Deputados autores de parecer para as seguintes iniciativas:

– PPL n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

– Relator cabe ao PCP

– PPL n.º 83/XIII/2.ª (GOV) – Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas; PPL n.º 84/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas; PPL 85/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital

– Relator cabe ao PEV

– PJJ n.º 523/XIII/2.ª (PSD) – Criação de registo nacional único e CAE específico para a atividade económica itinerante de diversão denominado “Atividade Itinerante de Diversão”

– Relator cabe ao PS

Relativamente à Proposta de Lei n.º 82/XIII/2.ª, o Senhor Presidente deu conta do pedido de parecer sobre a urgência solicitado por Sua Excelência o Presidente da República, tendo sido nomeado relator o Deputado Bruno Dias (PCP) e agendada reunião para o dia seguinte, às 14 horas, para a sua apreciação e votação.

De seguida, foi nomeada a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV), para elaborar os pareceres sobre as Propostas de Lei n.ºs 83/XIII/2.ª, 84/XIII/2.ª e 85/XIII/2.ª.

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) foi nomeado para elaborar o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 523/XIII/2.ª.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

11. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinham baixado à Comissão, em conexão, os Projetos de Lei n.ºs 524/XIII/2.ª (PS) e 535/XIII/2.ª (CDS-PP) e o Projeto de Resolução n.º 902/XIII/2.ª (CDS-PP), todos relativos ao alojamento local, sendo competente a 11.ª Comissão. Defendeu a necessidade de nomear um relator, para que a 6.ª Comissão também se pronuncie sobre a matéria, cabendo ao PSD indicar esse relator.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), para manifestar estranheza pelo facto de estas iniciativas terem baixado à 11.ª Comissão, uma vez que se tratava de matéria de atividade económica e não de simples contratos de arrendamento; e António Costa Silva (PSD), para concordar com o orador antecedente e indicar o Deputado Cristóvão Norte como relator.

De seguida, o Senhor Presidente colocou o relatório sobre a deslocação a Sines à consideração dos Senhores Deputados, tendo o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) feito uma sugestão de redação na parte relativa à visita ao porto de Sines.

O relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

O Senhor Presidente informou depois que iria dar prioridade ao agendamento da audição da ERSE, sobre os CMEC, e à audição pública sobre o ramal da Lousã.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para solicitar que fossem disponibilizadas as apresentações da REN utilizadas na reunião anterior, ao que o Senhor Presidente respondeu que tinham sido já solicitadas.

Finalmente, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) questionou sobre os preparativos da conferência sobre o Montijo, tendo o Senhor Presidente dado a informação pertinente.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de junho de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
Ana Mesquita
José Luís Ferreira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Cristóvão Norte
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins